

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 62/XIII/ 3.ª SL**

Em 4 de julho de 2018, pelas 10 horas e 25 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

**10H00**

**1. Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre as consultas a promover;**

**2. Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**

- **Projeto de Lei n.º 881/XIII/3.ª (PCP) - Aprova o regime de regularização de cidadãos estrangeiros indocumentados (6.ª alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho);**

**Relatora: Deputada Isabel Alves Moreira (PS);**

- **Proposta de Lei n.º 137/XIII (GOV) - Regula a transferência, pelas transportadoras aéreas, dos dados dos registos de identificação dos passageiros, bem como o tratamento desses dados, transpondo a Diretiva (UE) 2016/681;**

**Relator: Deputado Luís Marques Guedes (PSD);**

- **Projeto de Lei n.º 910/XIII (PAN) - Introduce os crimes ambientais no elenco de competências do Departamento de Investigação e Ação Penal e do Departamento Central de Investigação e Ação Penal;**

**Relatora: Deputada Emília Cerqueira (PSD);**

**3. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:**

**A) Projeto de Lei n.º 781/XIII/3.ª (PS) - Altera o Código Civil, reconhecendo a possibilidade de renúncia recíproca à condição de herdeiro legal na convenção antenupcial;**

**B) Proposta de Lei n.º 119/XIII/3.ª (GOV) - Estabelece o regime jurídico da segurança do Ciberespaço, transpondo a Diretiva (UE);**

**4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para audição de várias entidades no âmbito da nova apreciação da Proposta de Lei n.º 112/XIII/3.ª (GOV);**

**5. Nova apreciação na generalidade da Proposta de Lei n.º 112/XIII/3.ª (GOV) - Define a missão e as atribuições da Comissão Nacional de Apoio às Vítimas de Crimes (com eventual apreciação e votação de propostas para aprovação de texto de substituição da Comissão);**

**6. Fixação de redação final do texto que "Determina a atualização anual dos honorários dos serviços jurídicos prestados pelos advogados no âmbito do apoio**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 62/XIII/ 3.ª SL**

judiciário, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, que altera o regime de acesso ao direito e aos tribunais" [Projetos de Lei n.ºs 374/XIII/2.ª (PCP) e 772/XIII/3.ª (CDS-PP)];

7. **Discussão e votação do relatório sobre as seguintes iniciativas europeias:**
  - A) **Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à reutilização de informações do setor público (reformulação) [COM(2018)234];**  
**Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS)**
  - B) **Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à proteção das pessoas que denunciam infrações ao direito da União [COM (2018) 218]**  
**Relatora: Deputada Susana Amador (PS)**
8. **Apresentação do relatório de participação da Assembleia da República na reunião interparlamentar organizada pela Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE) do Parlamento Europeu sobre A implementação do Pacote de Proteção de Dados, em vésperas da sua entrada em vigor, que teve lugar em 15 de maio, em Bruxelas;**
9. **Discussão e votação de relatórios finais de petições, designadamente:**
  - **Petição n.º 250/XIII/2.ª - "Toda a Vida tem Dignidade"**  
**Relatora: Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP);**
  - **Petição n.º 472/XIII/3.ª - Adoção de medidas eficazes em casos de violência doméstica;**  
**Relatora: Deputada Sandra Pereira (PSD)**
10. **Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
11. **Apreciação e votação das atas n.º s 56 a 61/XIII (correspondentes às reuniões de 6 a 27 de junho de 2018);**
12. **Outros assuntos.**

11:30 Horas

**Audição do Professor Pedro Veiga, Coordenador demissionário do Centro Nacional de Cibersegurança sobre os factos que conduziram demissão (a requerimento do CDS/PP).**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, procedeu-se à distribuição e comunicação das seguintes iniciativas:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 62/XIII/ 3.ª SL

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
PPL 139 XIII 3.ª (GOV)	<a href="#">Altera a Lei de Combate ao Terrorismo, transpondo a Diretiva (UE) 2017/541</a>	02-07-2018	02-07-2018	<b>Deputado Luis Marques Guedes (PSD)</b>  Audições a promover: CSM, CSMP, OA.

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
PJL 928 XIII 3.ª (BE)	<a href="#">Atribui um visto de residência temporário aos cidadãos estrangeiros com um ano de descontos para a Segurança Social</a>	26-06-2018	26-06-2018	<b>Deputada Isabel Alves Moreira (PS)</b>  Audições a promover: CSM, CSMP, OA, CSTAF.
PJL 931 XIII 3.ª (PAN)	<a href="#">Implementa um novo prazo de entrega voluntária de armas de fogo e munições ilegais sem instauração de procedimento criminal acompanhado de campanha informativa de divulgação</a>	26-06-2018	26-06-2018	<b>Deputado José Manuel Pureza (BE)</b>  Audições a promover: CSM, CSMP e OA.
PJL 934 XIII 3.ª (PAN)	<a href="#">Proíbe o Estado de recorrer à arbitragem como forma de resolução de litígios em matéria administrativa e fiscal</a>	02-07-2018	02-07-2018	<b>Deputado Fernando Rocha Andrade (PS)</b>  Audições a promover: CSM, CSMP, OA, CSTAF e Associação Portuguesa de Arbitragem

No segundo ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à discussão do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 881/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - *Aprova o regime de regularização de cidadãos estrangeiros indocumentados (6.ª alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho)*, que foi apresentado pela respetiva Relatora, a Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS). Após a intervenção do Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE), o parecer, nas suas partes I e III, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Seguiu-se a discussão do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 137/XIII/3.ª \(GOV\)](#) - *Regula a transferência, pelas transportadoras aéreas, dos dados dos registos de*

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 62/XIII/ 3.ª SL

*identificação dos passageiros, bem como o tratamento desses dados, transpondo a Diretiva (UE) 2016/681, que foi apresentado pelo Relator, Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD). O Relator iniciou a sua apresentação referindo que, mais uma vez, o Governo não cumpriu com as normas regimentais e legais que determinam que as propostas de lei devem ser acompanhadas dos documentos e pareceres que as tenham fundamentado.*

Por outro lado, considera que a Proposta de Lei parte de uma permissa errada quanto ao objeto da Directiva. Em seu entender, o considerando 7 da Directiva, explicita que a *“prevenção, deteção, investigação e repressão das infracções terroristas e da criminalidade grave”*, com recurso aos dados dos registos de identificação dos Passageiros (PNR), se pretende alcançar mediante o acompanhamento de todos os passageiros e não apenas dos passageiros sinalizados. Ao invés, a Proposta de Lei ao referir no seu artigo 7.º como autoridades competentes para efeitos de transmissão dos dados PNR ou do resultado do seu tratamento, as entidades policiais e aduaneiras e as autoridades judiciais, parece centrar-se apenas no acompanhamento dos passageiros já sinalizados.

Acresce que, confirmando-se que o escopo da Directiva é mais vasto do que o contemplado na Proposta de Lei, não só este aspeto terá que ser corrigido em sede de especialidade, mas terá igualmente que se articular a transposição da directiva com as competências legais de todas as Forças e Serviços de Segurança que em Portugal participam no combate às ameaças do terrorismo e da criminalidade grave. Ora, de acordo com a Lei de Segurança Interna e com a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo, participam nesse combate a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Polícia Judiciária (PJ) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a Polícia Marítima e a Autoridade Tributária e Aduaneira, mas também os Serviços de Informação, os quais, na opinião do Relator, deverão igualmente ser elencados como autoridade competente no artigo 7.º da Proposta de Lei, o que não se verifica. A não ser assim, entende o Relator que a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo ficará gravemente comprometida quanto ao seu objetivo estratégico *“detetar”*, bem como também o fica o funcionamento da Unidade de Coordenação Antiterrorista (UCAT) que integra os Serviços de Informação como seus membros.

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 62/XIII/ 3.ª SL

O Relator reconheceu porém, que todas as observações suscitadas podem ser ultrapassadas em sede de especialidade, considerando por isso relevante que os trabalhos da Comissão sejam desde logo instruídos com o parecer da Senhora Secretária Geral do Sistema de Segurança Interna sobre a iniciativa, como sugere no final da Parte II do parecer.

O Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS), felicitou o relator pela elaboração do parecer e agradeceu os seus contributos, que considerou úteis para a apreciação da iniciativa na fase da discussão e votação na especialidade.

Submetido a votação, foi o parecer, nas suas partes I e III, aprovada por unanimidade, na ausência do PEV.

Por último, procedeu-se à discussão do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 910/XIII/3.ª \(PAN\)](#) – *Introduz os crimes ambientais no elenco de competências do Departamento de Investigação e Acção Penal e do Departamento Central de Investigação e Acção Penal*, que foi apresentado pela respetiva Relatora, a Senhora Deputada Emília Cerqueira (PSD). O parecer, nas suas partes I e III, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

As Senhoras Deputadas Reladoras Isabel Alves Moreira (PS) e Emília Cerqueira (PSD), informaram que pretendiam fazer uso dos 3 minutos de intervenção atribuídos à Relatora da iniciativa aquando do debate da iniciativa em Plenário, em cumprimento da regra 16.ª - «Tempo de intervenção ao relator de um projeto» - da deliberação da Conferência de Líderes de 16 de maio de 2018.

Em seguida, procedeu-se ao adiamento, para a reunião seguinte, da discussão e votação, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 781/XIII/3.ª \(PS\)](#) - *Altera o Código Civil, reconhecendo a possibilidade de renúncia recíproca à condição de herdeiro legal na convenção antenupcial*, a requerimento do Grupo Parlamentar do PS, através do Senhor Deputado Filipe Neto Brandão.

Foi igualmente adiada, para a reunião seguinte, a discussão e votação, na especialidade da [Proposta de Lei n.º 119/XIII/3.ª \(GOV\)](#) - *Estabelece o regime jurídico da segurança*

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 62/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL**

*do Ciberespaço, transpondo a Diretiva (EU), uma vez que a Comissão iria de seguida proceder à audição do Professor Pedro veiga, Coordenador demissionário do Centro Nacional de Cibersegurança e na próxima terça-feira, dia 10 de julho, realizar-se-ia a audição regimental da Senhora Ministra da Presidencia e Modernização Administrativa com tutela sobre esta matéria.*

No ponto quatro, procedeu-se à apreciação e votação do requerimento apresentado pela Senhora Deputada Sandra Cunha em nome Grupo Parlamentar do BE, pelo qual foi solicitada a audição da APAV, APMJ, AMCV, e PPDM, no âmbito da nova apreciação na generalidade da [Proposta de Lei n.º 112/XIII/3.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - *Define a missão e as atribuições da Comissão Nacional de Apoio às Vítimas de Crimes.*

O Senhor Deputada Filipe Neto Brandão (PS) disse nada ter a opor ao requerido, acrescentado apenas que o Grupo Paralametar do PS gostaria também de ouvir em audição a Comissão de Protecção às Vítimas do Crime.

As propostas de audição apresentadas, foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV, face ao que ficou prejudicado o quinto ponto da ordem de trabalhos.

No sexto ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à fixação da [redação final](#) do texto que *“Determina a atualização anual dos honorários dos serviços jurídicos prestados pelos advogados no âmbito do apoio judiciário, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, que altera o regime de acesso ao direito e aos tribunais”* [[Projetos de Lei n.ºs 374/XIII/2.<sup>a</sup> \(PCP\)](#) e [772/XIII/3.<sup>a</sup> \(CDS-PP\)](#)], dando cumprimento ao disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República. Foi fixada por unanimidade a redação final do texto, tendo sido aceites, na ausência do PEV, as sugestões de redação constantes da informação n.º 189/DAPLEN/2018, de 2 de julho de 2018, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

Procedeu-se de seguida à fixação da [redação final](#) do texto que *“Recomenda ao Governo que proceda com urgência às obras necessária à requalificação do posto territorial de Oliveira do Bairro”* [[Projeto de Resolução n.º 1689/XIII/3.<sup>a</sup> \(CDS-PP\)](#)] nos termos do disposto no referido artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República. Foi fixada por unanimidade a redação final do texto, tendo sido aceites, na ausência do PEV, as



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 62/XIII/ 3.ª SL

sugestões de redação constantes da informação n.º 198/DAPLEN/2018, de 3 de julho de 2018, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

O sétimo ponto, que consistia na apreciação e votação do relatório sobre a [COM \(2018\) 234](#) - *Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à reutilização de informações do setor público (reformulação)*, foi adiado para a reunião seguinte por não se encontrar presente o respetivo relator, Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS).

A Senhora Deputada Susana Amador (PS) apresentou o seu parecer sobre a [COM \(2018\) 218](#) - *Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à protecção das pessoas que denunciam infracções ao direito da União*, o qual foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Em seguida, o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) apresentou o Relatório de Participação da Assembleia da República na Reunião Interparlamentar organizada pela Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE) do Parlamento Europeu sobre a Implementação do Pacote de Protecção de Dados, em vésperas da sua entrada em vigor, que teve lugar em 15 de maio, em Bruxelas.

Da sua participação, que partilhou com o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD), realçaram as dificuldades observadas na sua execução, referindo nomeadamente:

- As consequências da sua aplicação para as pequenas e médias empresas (PME'S);
- As dificuldades na sua implementação em setores muito específicos e muito sensíveis, como o da saúde;
- O facto de pode ser posta em causa/prejudicada a sua uniforme aplicação em todos os Estados Membros em virtude de a União Europeia ter optado por regulamentar a matéria por via de uma Diretiva, deixando assim abertura para os Estados Membros definirem os meios e forma de a aplicar internamente;

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 62/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

- Concluíram que o processo de transposição da Directiva, na grande maioria dos Estados Membros, está muito atrasado.

A delegação agradeceu aos serviços todo o acompanhamento e apoio prestado antes, durante e depois da deslocação, nomeadamente, da Dr.<sup>a</sup> Cristina Correia, Representante Permanente da Assembleia da República junto do Parlamento Europeu.

No nono ponto, foi apreciado o relatório final da [Petição n.º 472/XIII/3.<sup>a</sup>](#) - *Adoção de medidas eficazes em casos de violência doméstica*, que após ter sido apresentado pela respetiva relatora, a Senhora Deputada Sandra Pereira (PSD), foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Seguidamente procedeu-se à apreciação do relatório final da [Petição n.º 250/XIII/2.<sup>a</sup>](#) – *Toda a vida tem dignidade*, apresentado pela Relatora, Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) que destacou o facto de o mesmo ter sido consensualizado por todos os Grupos Parlamentares. Os Senhores Deputados José Manuel Pureza (BE) e Isabel Alves Moreira (PS) realçaram o mesmo facto referindo que o contributo de todos os Grupos Parlamentares contribuiu para que o Relatório Final apresentado fosse melhor informado e sustentado o que é digno de assinal. Submetido a votação, foi o Relatório aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Não havendo parecer da Subcomissão de Ética a ratificar, entrou-se no décimo ponto da ordem de trabalhos, tendo as atas n.ºs 56 a 61, correspondentes às reuniões de 6 a 27 de junho de 2018, sido submetidas a apreciação e votação e aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

Não havendo nada a tratar no ponto reservado a outros assuntos, teve lugar uma breve interrupção dos trabalhos, antes de ter início a audição do Professor Pedro Veiga, ex-coordenador do Centro Nacional de Cibersegurança sobre os factos que conduziram à sua demissão.

O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) para apresentar de forma sucinta o requerimento do seu Grupo Parlamentar e colocar as questões que entendesse justificarem-se.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 62/XIII/ 3.ª SL**

Seguidamente o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Professor, que leu uma intervenção que tinha preparado, da qual entregou cópia, e respondeu às questões colocadas.

Na única ronda de intervenções usaram da palavra para colocar questões e solicitar esclarecimentos as Senhoras e os Senhores Deputados Andreia Neto (PSD), Filipe Neto Brandão (PS), José Manuel Pureza (BE), António Filipe (PCP) e Vânia Dias da Silva (CDS-PP).

No final, o Senhor Professor respondeu, em conjunto, às questões colocadas, não havendo outras questões ou esclarecimentos, o Senhor Presidente deu por concluída a audição que foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas e 10 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 de julho de 2018

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**



**(Bacelar de Vasconcelos)**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 62/XIII/ 3.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
António Filipe  
António Gameiro  
Bacelar de Vasconcelos  
Carlos Abreu Amorim  
Carlos Peixoto  
Elza Pais  
Emília Cerqueira  
Fernando Anastácio  
Fernando Rocha Andrade  
Filipe Neto Brandão  
Isabel Alves Moreira  
José Luís Ferreira  
José Manuel Pureza  
José Silvano  
Luís Marques Guedes  
Sandra Cunha  
Sandra Pereira  
Sara Madruga da Costa  
Telmo Correia  
Teresa Moraes  
Vânia Dias da Silva  
Hugo Lopes Soares

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Delgado Alves